



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ORAL

Forma de concretizar a fiscalização aos planos de investimento não-jogo das seis concessionárias do jogo e às garantias dos respectivos trabalhadores

A indústria do jogo tem recuperado de forma progressiva após a pandemia, mas a economia e o ambiente de emprego ainda estão longe de ser bons, e as micro e PME, na sua maioria, enfrentam dificuldades. Assim, os 130 mil milhões de patacas dos investimentos não-jogo das seis concessionárias, a efectuar num prazo de 10 anos tal como previsto nos novos contratos, vão imprimir uma “vitalidade” importante para estimular o desenvolvimento económico local. Porém, a sociedade ainda nada sabe sobre a calendarização desses planos e a forma da sua concretização, o que dificulta a participação das PME e da população, já para não falar do efeito multiplicador dos investimentos e da vitalidade que estes podem injectar na economia.

O Instituto Cultural (IC) anunciou que o Desfile Internacional de Macau deste ano tem lugar no dia 23 de Março, e, segundo a sua presidente, Leong Wai Man, devido à cooperação mais estreita com as empresas de lazer, o Instituto não precisa de assumir quaisquer despesas, logo, não é conveniente divulgar o valor do orçamento, pois este envolve investimentos de empresas privadas.

Ora, mesmo que o Instituto não tenha de suportar as despesas do desfile deste ano, parece que o valor assumido pelas seis concessionárias do jogo faz parte dos investimentos não-jogo, e uma vez que estes investimentos consubstanciam os compromissos assumidos nos contratos, o uso e a situação da concretização do



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

respectivo orçamento devem ser tratados de forma equivalente à do erário público. O Governo tem a responsabilidade de divulgar, de forma aberta, os pormenores das despesas, e deve ainda, através da fiscalização da sociedade, elevar a transparência e a eficácia, pois só assim é que se pode produzir um maior efeito multiplicador! Como o Governo, pelo contrário, está a actuar à porta fechada, falta fiscalização prévia, intercalar e posterior da sociedade sobre os investimentos não-jogo, cujo valor é, em média, 10 mil milhões de patacas por ano, que se transformaram em carteira privada do Governo para os seus planos e actividades. Esta situação em nada contribui para produzir efeito multiplicador, mas antes para a criação de um ambiente concorrencial injusto.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Para além dos serviços públicos, as empresas de capitais integralmente públicos e as empresas de capitais públicos com influência dominante têm de publicar integralmente as informações sobre o uso do erário público, nos termos do Regime jurídico das empresas de capitais públicos. Os investimentos não-jogo concretizados pelas seis concessionárias nos termos dos contratos de jogo são a concretização de um compromisso fulcral para a obtenção da licença de jogo, e a aplicação do capital envolvido é, de facto, equivalente à do erário público, portanto, deve sujeitar-se à fiscalização da sociedade. Tomando como exemplo o “Desfile por Macau, Cidade Latina”, qual foi a legislação que serviu de fundamento ao Governo para fugir ao direito do público à informação sobre os investimentos não-jogo? Para facilitar a fiscalização prévia, intercalar e posterior por parte do público e das entidades fiscalizadoras, nos termos da lei, o Governo vai definir mecanismos e normas claras



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

para divulgar, de forma abrangente, detalhada e precisa, os dados sobre os investimentos nesta vertente das seis concessionárias do jogo? Vai também divulgar o ponto de situação da respectiva execução?

2. Tenho solicitado ao Governo a divulgação, quanto antes, dos planos anuais dos investimentos e dos rumos a seguir pelas seis concessionárias do jogo, e que, com a participação destas e com a sua liderança, disponibilize uma plataforma sobre os concursos públicos e a avaliação das respectivas propostas, a realizar nos termos dos referidos planos anuais, no sentido de assegurar a devida aplicação dos investimentos e de permitir a participação plena e multidimensional de todos os sectores da sociedade, incluindo as PME e os trabalhadores locais, promovendo verdadeiramente o desenvolvimento diversificado da economia de Macau. O Governo dispõe de algum plano para o efeito? Em caso negativo, como é que pode garantir que o público fique a conhecer, o mais cedo possível, o rumo dos investimentos não-jogo e lute, de forma justa, pela sua participação? Qual é o serviço responsável pela fiscalização e concretização dos planos não-jogo das seis concessionárias e pela avaliação do desempenho dos respectivos investimentos? Como é que se pode garantir que os resultados dos investimentos correspondam às expectativas?

3. O ambiente de emprego local deteriorou-se rapidamente, mas o Governo ainda permite que as concessionárias do jogo, que contrataram mais de 32 mil trabalhadores não residentes, despeçam trabalhadores de meia idade, que trabalharam mais de 10 anos e não cometeram erros, sem lhes oferecerem qualquer opção de mudança de emprego; algumas concessionárias do jogo até despediram, sem justa causa, trabalhadores participantes nos “Planos Específicos de Emprego +



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Formação”, organizados por estas e pela DSAL. Além disso, muitos residentes que estão à procura de emprego a tempo inteiro não conseguiram ser contratados depois de terem participado em várias entrevistas das concessionárias do jogo, organizadas pela DSAL, e acabaram por se candidatar como trabalhadores a tempo parcial nos grupos intermediários, no WeChat. Ou seja, os trabalhadores locais têm sido, ao longo dos tempos, complemento da mão-de-obra importada das concessionárias do jogo, mas a DSAL, enquanto entidade fiscalizadora e organizadora dos referidos planos, não está a par da situação, nem tomou a iniciativa de intervir e de a evitar, e depois do acontecimento, também não se procedeu a nenhum acompanhamento concreto, para evitar casos semelhantes. Então, esta forma de actuação das concessionárias do jogo está em conformidade com os compromissos assumidos nos contratos de jogo? Ou seja, “garantir a estabilidade de emprego dos trabalhadores locais e criar condições para o incentivo da sua ascensão profissional”? Em caso negativo, a DSAL tem competências para fiscalizar o cumprimento dos compromissos assumidos pelas seis concessionárias do jogo? Vai acompanhar a situação e aplicar as devidas sanções, para os trabalhadores despedidos retomarem as suas funções?

13 de Março de 2025

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Lam U Tou